

A LUTA POR UMA CIDADE FEMINISTA: uma análise da opressão feminina sob um viés marxista

Ana Luiza Pacheco¹

Resumo

O presente estudo tem como objetivo o debate acerca da opressão de gênero sob uma análise marxista das relações sociais da mulher com os espaços públicos. Para isso, foi estruturado a partir de análises críticas, onde foi resgatado desde a origem da violência no meio urbano passando a fazer um recorte de gênero na análise dessa opressão. Concluiu-se então que a arquitetura e o urbanismo devem atuar na construção de espaços humanizados para classes, gêneros e raças diversos, visto assim a necessidade de um debate em arquitetura com foco na mulher, onde buscou-se além de tudo ser um agente transformador e ativista do espaço acadêmico na luta contra a opressão feminina no âmbito público e doméstico.

Palavras-chave: violência Urbana; violência de Gênero; urbanismo ativista.

THE STRUGGLE FOR A FEMINIST CITY: an analysis of female oppression under a marxist bias

Abstract

The present study aims at the debate about gender oppression under a Marxist analysis of women's social relations with public spaces. For this, it was structured from critical analysis, where it was rescued from the origin of violence in the urban environment, making a gender cut in the analysis of this oppression. It was concluded that architecture and urbanism should act in the construction of humanized spaces for different classes, genders and races, as this necessitates a debate in architecture focused on women, where we sought to be a transforming agent and academic space activist in the fight against female oppression in the public and domestic spheres.

Keywords: urban violence; gender violence; activist urbanism.

Introdução

De acordo com Aboim (2012), a violência urbana pode ser considerada resultado das vivências e organizações capitalistas que a sociedade possui. A partir da análise do capitalismo e violência urbana, pode-se traçar e recortar perfis específicos da violência como classe, cor, raça e gênero. A violência contra a mulher, no entanto, extrapola os limites da casa, podendo-se observar uma opressão e violência de gênero no espaço urbano, particularmente no espaço público, espaço das trocas, convivências, experimentações sociais, que para a mulher muitas vezes representa o espaço do medo, passível de invasão da sua intimidade.

A opressão e a hierarquização entre homens e mulheres é uma das marcas de nossa sociedade e possui grandes impactos na produção do espaço. Os espaços públicos são frutos das relações sociais os quais não se fazem neutros e trazem grandes marcas das relações sociais refletidas nas desigualdades socioespaciais emergentes do capitalismo. Compreender essas relações e esses impactos se faz essencial para que possamos construir ferramentas analíticas que permitam a compreensão da realidade em seus cambiantes e complexidades para que possamos agir de forma mais efetiva na diminuição das desigualdades.

Dessa forma, se tornou fundamental a incorporação do feminismo no debate sobre a produção dos espaços, nesse momento o feminismo marxista. O feminismo marxista é entendido de maneira complexa como um movimento político e como uma teoria que atua de maneira fundamental para se entender as disparidades entre homens e mulheres e para a luta social através da luta anticapitalista, onde dentro da produção acadêmica feminista, essa corrente é estudada a partir da opressão das mulheres, sobretudo aquelas que relacionam as dimensões de sexo, raça e classe, como sistemas interligados de opressão.

O presente artigo tem como objetivo discutir as possíveis contribuições da teoria feminista marxista para a discussão do espaço e do planejamento urbano. Para isso, foi feita uma análise sobre a origem da opressão feminina nos espaços públicos passando ao espaço doméstico a partir de um estudo marxista e estruturado por diversos autores da contemporaneidade, estipulando algumas epistemologias de tematização e processos de luta classista. Desse modo, o estudo vem contribuir com as discussões da produção do espaço público, a partir da pesquisa sobre a opressão feminina.

O corpo feminino como coadjuvante do espaço urbano e social

Em meio a um momento histórico de grande participação feminina em questões políticas e sociais é levantado em discussão, questões referentes à igualdade de gênero e como essa discrepância social tem afetado e violentado mulheres cada vez mais de forma explícita e naturalizada em âmbito público e privado.

Segundo Algranti (1993) os estudos das relações entre privado e público, individual e social, demográfico e político são passos mais do que essenciais para traçar diretrizes de combate às diversas formas de opressão. É quando se tem delimitado as causas da violência e como a vítima se sente perante a sociedade que é possível produzir um local público que atenda a segurança de mulheres, e não somente isto, mas que também habilite e inclua os profissionais nesse debate.

Tendo como objeto principal a pesquisa da relação da mulher com espaços públicos a partir da opressão pós-moderna sob um viés do urbanismo, onde pretende-se

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Filadélfia de Londrina (UNIFIL). arq.analupacheco@gmail.com

neste trabalho evidenciar a importância e urgência do tema, retratando questões de cidade e violência urbana, o recorte específico da violência de gênero, que ao mesmo tempo que se relaciona com a violência na cidade se desenvolveu de modo paralelo, veiculada por uma estrutura social e de dominação bastante desequilibrada pelo machismo, e que se expressa na apropriação do espaço público e privado.

O capitalismo como homogeneizador da opressão feminina

De acordo com Milton Santos (1980), é na cidade que o homem adquire a emancipação material e moral. Essa emancipação deu origem a centros urbanos e espaços públicos onde as cidades se desenvolveram. A diferença de urbanização entre os países desenvolvidos e países subdesenvolvidos é expressivamente retratada na violência urbana.

Uma das justificativas dessa diferença de violência é dada a rapidez que os países subdesenvolvidos possuem de evolução demográfica, ou seja, enquanto os países desenvolvidos passaram por um processo mais lento de urbanização, os subdesenvolvidos começaram o processo de produção do espaço urbano quando estava praticamente concretizada a evolução industrial, fator sobre o qual se soma a rapidez de informações desse período que permitiu aos países subdesenvolvidos tivessem formas desordenadas de expansão. Essa expansão errônea trouxe como resultado formas de violências urbanas, que é o caso do Brasil. Uma expansão desordenada gera segregação socioespacial justificada pela ocupação de população sem acesso à terra, pelas injustiças sociais e pelo desemprego (SANTOS, 1980).

A expansão de forma desordenada causou a não-fluidez do espaço urbano que ocasiona fenômenos de bloqueio, onde originalmente não há distribuição homogênea de homens, de bens e de capital. Essa quebra do espaço gerou uma estagnação do desenvolvimento urbano em certas regiões, causando a gentrificação² e desorganização de espaços e pessoas em áreas periféricas (SANTOS, 1980; JACOBS, 2000).

A falta de organização das cidades e os crescentes desejos inerentes às necessidades básicas humanas geram como reflexo a violência urbana que não é essencialmente a causa em si, mas uma consequência da acumulação primitiva³ própria do capitalismo (FEDERICI, 2004).

Para Harvey (2013), a análise feita por Marx sobre a organização do capital nos espaços foi somente temporal. Sendo assim, Harvey em sua análise a produção capitalista do espaço concluiu que as novas contradições do capitalismo se revelam diante da formação e reformação das paisagens geográficas que refletem nas práticas culturais.

Há muito a aprender com a teoria estética sobre o modo como diferentes formas de espacialização inibem ou facilitam processos

² Gentrificação refere-se aos processos de revitalização ou de mudanças de paisagem urbana, de zonas antigas das cidades, que passam a atrair moradores de rendas mais altas. Essa atração ocasiona a expulsão gradativa dos moradores de renda baixa devido à valorização da terra pelo mercado imobiliário e aumento do custo de vida da região (ALCÂNTARA, 2018).

³ A acumulação primitiva é o termo usado por Marx (1867) com a finalidade de caracterizar o processo político no qual se sustenta o desenvolvimento do meio urbano através das relações capitalistas. Ou seja, a necessidade humana de acumular objetos, alimentos e principalmente capital.

de mudança social. Inversamente, há muito a aprender com a teoria social acerca do fluxo e da mudança com os quais a teoria estética tem de se haver. Contrastando essas duas correntes de pensamento, talvez possamos melhor compreender os modos pelos quais a mudança político-econômica contribui para as práticas culturais (HARVEY, 1992, p.192).

Assim como Santos (2000) que analisou que o dinheiro e a dominância são estruturadores da organização social e que o problema que a violência urbana abrange é o resultado da compartimentação do território e seu novo conteúdo, que é a nova importância do dinheiro nacional e internacional nas cidades.

O dinheiro regulador e homogeneizador agrava heterogeneidades e aprofunda as dependências. É assim que ele contribui para quebrar a solidariedade nacional, criando ou aumentando as fraturas sociais e territoriais e ameaçando a unidade nacional (SANTOS, 2000, p. 25).

Federici (2004), colaborando com o trabalho de Marx (1867) citou ainda a importância de se analisar o capitalismo sob a questão de gênero, vista a diferença social entre homem e mulher. A autora colocou a mulher no patamar da exploração para acumulação capitalista, sendo elas as produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista que é sua fertilidade. Ao mesmo tempo em que as mulheres eram protegidas, elas eram perseguidas e seus corpos politizados e normatizados. Esse tipo de estrutura social abriu espaço para a culpabilização das mulheres sobre a individualidade e o desejo sobre o próprio corpo.

Não podemos, portanto, identificar acumulação capitalista com libertação do trabalhador, mulher ou homem, como muitos marxistas (entre outros) têm feito, ou ver a chegada do capitalismo como um momento de progresso histórico. Pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e mais traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas imposições – especialmente a divisão entre homens e mulheres – que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta (FEDERICI, 2004, p. 27).

Felix (2002) possui uma linha teórica similar, colocando que não se pode somente culpabilizar os centros urbanos pela violência, pois são as estruturas sociais e econômicas excludentes que provocam intensa mobilidade e concentração territorial que fazem da cidade um palco de ação para as conseqüentes violências. As relações sociais que esse indivíduo teve durante toda a sua vida possui uma influência tão grande na criminalidade quanto a organização das cidades, gerando diversas tipologias de violência.

Além da dominância de classes, Federici (2004) defendeu que a diferença de classes dominantes foi socialmente produzida pelo capitalismo mediante a divisão sexual e de trabalho. Ou seja, os homens e senhores possuíam todos os direitos e privilégios possuíam trabalhos socialmente aceitos, enquanto as mulheres tentavam construir uma identidade de sua classe. Foi a diferença sexual que fez com que o capitalismo passasse a sustentar relações sociais diferentes entre homens e mulheres. Enquanto os homens adquiriam a liberdade financeira com o capitalismo, as mulheres tornaram-

se a principal exploração sexual e de trabalho e as mesmas ainda, no meio urbano, eram as principais vítimas das consequências dessas explorações que subordinavam as mulheres socialmente, ou seja, seu corpo se tornava público nas ruas, ocorrendo a violência de gênero nos centros urbanos e rurais.

A separação entre público e privado, florescente entre as camadas burguesas das cidades industriais do século XIX, serviu, de fato, para afastar homens e mulheres, delimitando-lhes espaços e funções sociais. Enquanto as qualidades ontologicamente atribuídas ao privado permaneceram associadas ao feminino e às suas propriedades maternais e afetivas, a esfera pública – da produção industrial e da cidadania política – ficou ligada ao masculino, reproduzindo-lhe a supremacia e o lugar de chefe de família (ABOIM, 2012, p.99).

Diante disso, Rolnik (2016) assinalou algumas questões da relação entre a mulher e a cidade no contexto contemporâneo. Para a autora, enquanto na esfera masculina o medo predominante dos espaços públicos é de, por exemplo, ser assaltado, na esfera feminina o medo é de ser assediada, ameaçada, violentada moral e sexualmente, além do risco de assalto.

A estes se associa também outro estereótipo forte em relação ao próprio espaço urbano: a casa (o lar!) é o lugar feminino por excelência – reino da domesticidade, espaço conhecido e confinado –, enquanto a rua – espaço público do inesperado, fortuito e desconhecido – é o lugar da masculinidade. Mulheres podem ultrapassar essas fronteiras desde que estejam acompanhadas por homens – seus namorados, companheiros, maridos, irmãos ou parentes. Mulheres sozinhas circulando nas ruas, em determinados horários e locais, estão “fora de lugar”. As mulheres vão poder usufruir livremente a cidade não quando puderem contar com machos para protegê-las, mas quando se sentirem plenamente livres e seguras – seja em casa, no trabalho, nos espaços públicos ou nos meios de transporte. Em lugar nenhum do mundo pode existir direito à cidade enquanto as mulheres não puderem andar sozinhas nas ruas, a qualquer hora, sem medo (ROLNIK, 2016).

Por outro lado, a subordinação feminina aos homens no capitalismo foi causada pela não remuneração do trabalho doméstico e não pela natureza “improdutiva” do trabalho doméstico, podendo a dominação masculina ser conferida no poder de salário que os homens possuem. Ou seja, pode ser conferido a relação de poder do homem sobre a mulher ao capitalismo (FEDERICI, 2000).

Partindo dessa perspectiva, observa-se que a insubordinação da mulher, consequência dessa relação de dominação, suscitou a violência de gênero.

O direito à cidade como uma luta classista

Diversos teóricos têm discutido a respeito das causas da violência de gênero nos espaços urbanos e domésticos. Izumino e Santos (2014) apontaram três epistemologias básicas sob as quais tem se desenvolvido as pesquisas de relação de gênero na contemporaneidade. A primeira corrente – que será tratada a seguir com mais profundidade – retrata a relação a partir de uma perspectiva feminista e marxista, onde a violência é fruto do patriarcado e a mulher é analisada no contexto

de classe, cor e raça como um sujeito autônomo que estruturalmente é vítima dessa opressão. A segunda corrente é conhecida como relacional e trata de forma relativa as dominações do gênero masculino, avaliando existir uma vitimização do gênero feminino, considerando a mulher não como vítima do homem e sim cúmplice a partir de suas atitudes; a última chamada dominação masculina, define a violência como fruto da dominação da mulher pelo homem, onde a autonomia da mulher é excluída se tornando vítima e cúmplice ao mesmo tempo (IZUMINO; SANTOS, 2014).

A partir da corrente de análise marxista e feminista, a violência contra a mulher é vista em diversas culturas, sendo desde os primitivos justificada a partir do aspecto biológico. O gênero feminino era inferiorizado por conta das diversas fases reprodutoras que a mulher passa durante o mês, de modo que o gênero masculino incitou uma cultura de supremacia masculina. O homem nunca precisou reivindicar seu papel na sociedade, enquanto à mulher lhe restava o papel de “Outro”. Aos homens cabiam papéis de reis, soberanos, chefes, deuses e donos do ‘Outro’. Eram eles que definiriam que atividades as mulheres realizariam, que papéis sociais a mulher deixaria de ter, que leis ela seguiria ou não, e a mulher cabia a submissão física e psicológica. O Status Quo da mulher poderia ser comparado ao de escravos e o de homens ao de senhores (BEAUVOIR, 1949).

É porque a humanidade se põe em questão em seu ser, isto é, prefere razões de viver à vida, que perante a mulher o homem se pôs como senhor; o projeto do homem não é repetir-se no tempo, é reinar sobre o instante e construir o futuro. Foi a atividade do macho que, criando valores, constituiu a existência, ela própria, como valor: venceu as forças confusas da vida, escravizou a Natureza e a Mulher. Cabe-nos ver agora como essa situação se perpetuou e evoluiu através dos séculos. Que lugar deu a humanidade a essa parte de si mesma que em seu seio se definiu como o Outro? Que direitos lhe reconheceram? Como a definiram os homens? (BEAUVOIR, 1949, p.86).

Ainda de acordo com Beauvoir (1949), a origem da opressão feminina se deu a partir da necessidade masculina de perpetuar a família, ou seja, a mulher devia ser e suprir essas necessidades maternais masculinas procriando a espécie, cuidando do lar, cuidando dos filhos, alimentando a família. Foi quando o homem retirou o direito de propriedade privada da mulher e das filhas mulheres que ele encontrou para si formas de oprimir e manipular essas mulheres, pois uma mulher que não possui propriedades financeiras é uma mulher dependente do homem. Dessa forma, o homem ludibriava a mulher psicologicamente dizendo que o trabalho doméstico é muito mais cômodo que o trabalho manual e de *esforço físico*.

Espera-se que, assim ludibriadas, seduzidas pela facilidade de sua condição, aceitem o papel de mãe e de dona de casa em que as querem confinar. E o fato é que, em sua maioria, as mulheres da burguesia capitulam. Como sua educação e sua situação parasitária as colocam sob a dependência do homem, não ousam sequer apresentar reivindicações; as que possuem essa audácia não encontram eco [...] (BEAUVOIR, 1949, p.145).

Conforme Saffioti (1987), há dois fatores principais para a violência de fato acontecer. O primeiro seria o determinismo patriarcal que o homem através da sua vivência social adquiriu; o segundo teria como fatores determinantes abusos de álcool e drogas ilícitas.

Os estudos acerca da violência de gênero vêm sendo desenvolvidos desde a década de 1970, quando grupos de mulheres e movimentos pró-equidade de gênero começaram a tomar cada vez mais espaço na luta contra a opressão feminina. Em pleno regime militar esses movimentos, chamados movimentos feministas, começaram a ter maior participação popular, o que foi visto com “maus olhos” pelos militares e pelas famílias tradicionais da época, pois ameaçavam acabar com tradições e atitudes tão enraizadas no Brasil (PINTO, 2003).

De acordo com diversos teóricos marxistas, o capital tem sido o principal definidor das diretrizes urbanísticas e por esse motivo, as mulheres, já em segundo plano socialmente, são colocadas em segundo plano dentro do planejamento urbano. Harvey (2013) debate sobre como a urbanização é a principal definidora e reguladora do capitalismo:

O interesse que o capital tem na construção da cidade é semelhante à lógica de uma empresa que visa ao lucro. Isso foi um aspecto importante no surgimento do capitalismo. Muitos desses projetos associam a urbanização ao espetáculo. [...] O capital precisa que o estado assegure essa dinâmica. Invariavelmente, entre as consequências dos megaeventos estão as remoções de pessoas de algumas áreas. Eles dependem disso para serem realizados. E essa situação tem causado revolta. De um lado, o capital vai muito bem, mas as pessoas vão mal. Há alguma geração de empregos, em função dos megaprojetos e megaeventos, mas o que se vê é o desvio da verba pública para apoiar essas empreitadas. Ao redor do mundo, tem havido muitos protestos devido à retirada de pessoas de suas residências. As populações percebem que o dinheiro dos impostos está indo para esses fins, em detrimento da construção de escolas e hospitais. [...] Este é um contexto que ilustra como o capital gosta de construir as cidades, à diferença do que é a cidade em que as pessoas podem viver bem. Há um abismo entre essas duas propostas (HARVEY, 2013, p.50).

Para o autor, a luta pelo direito a cidade é uma luta contra o capitalismo e isso só se faz através de revoluções sociais lideradas pelos movimentos classistas (HARVEY, 2013).

Rolnik (1995) também complementa sobre como o lugar ocupado tem uma relação inerente a divisão do trabalho, a classe social de cada um, onde em contradição é exercido sua participação política, ainda que seja através da submissão (ROLNIK, 1995).

As residências ditas clandestinas - de invasões a ocupações - até mesmo as favelas que são entendidas como “subnormais”, pois fogem ao padrão burguês de habitação, são entendidas como áreas inimigas do grande capital imobiliário, pois, desvalorizam a região, pois de acordo com o argumento estatal, esses locais são propícios a desenvolverem seres que geram riscos à “saúde” e à “ordem social”. O padrão burguês de moradia é expresso como uma dicotomia casa-espaço público: a rua deixa de ser um espaço de troca coletiva, pois para a burguesia tem significado de caos, de perigo para seu status (ROLNIK, 1995).

Assim, espaçam para a casa a esfera da vida privada e dentro de toda uma micropolítica desenvolvem e passam aos descendentes a reprodução do arbitrário cultural dominante, baseado em micropoderes machistas e patriarcais. A população que ocupa esses espaços geralmente luta por reconhecimento legal e por infraestrutura,

e o Estado propõe a homogeneização desses espaços a fim de inseri-los dentro do padrão burguês através dos programas habitacionais do governo, como o *Minha casa, minha vida* (ROLNIK, 1995).

Rolnik (1995), focaliza ainda na ideia de que o Estado controla a cidade e cria segregações que são partidários ao grande capital tentando ao máximo homogeneizar inclusive os espaços mal planejados para desviar do real problema dessa desigualdade. Porém, o clamor popular é grande onde a todo o momento há a luta pela apropriação do espaço urbano, a luta pelo direito à cidade.

Nesta acepção o poder urbano funciona na cidade capitalista como uma instância que controla os cidadãos, produz as condições de acumulação para o capital e intervém nas contradições e conflitos da cidade. Para isto organiza uma poderosa máquina, feita de um exército de técnicos e funcionários, que em nossas cidades parece crescer indefinidamente. Apesar deste crescimento, a máquina não parece ter sido capaz de eliminar o conflito, homogeneizar totalmente o território da cidade ou acabar com seus males. E isto, porque em primeiro lugar a máquina de disputa dos vários grupos ou forças sociais que estão ali presentes. Assim a não ser em períodos de ditadura as reivindicações e pressões também vem do território popular e nas disputas políticas em torno da máquina estatal isto pode ter um peso significativo. Em segundo lugar, porque nos espaços mais homogêneos e até nos piores espaços concentracionais há sempre o desvio das finalidades e previsse de certos equipamentos e a constituição de territórios singulares, que se desviam da norma. A intervenção do estado na cidade é, portanto, contraditório: sua ação pode favorecer mais ou menos certos segmentos da sociedade urbana – mas nunca definitivamente. O que há de permanente na cidade do capital é a luta pela apropriação do espaço urbano e a ação do estado nada mais é do que a expressão das forças engajadas, voluntária ou involuntariamente, nesta luta [...] (ROLNIK, 1995, p. 70 – 71)

Considerar um plano político para diretrizes urbanas através de profissionais femininas, levando em conta uma proposta feminista marxista é concretizar a prática profissional como ferramenta de transformação social. Contravir então, o olhar falocêntrico e eurocêntrico, fruto do colonialismo brasileiro, ao ensinar e praticar o urbanismo sempre levando em conta que as diferenças sociais de vivência dos espaços urbanos são completamente diferentes para homens e para mulheres, e ainda mais para mulheres negras e da periferia. Um olhar atento a essas diferenças se torna essencial ao se pensar nos espaços públicos.

Considerações finais

Vendo a cidade como palco de ação de atividades sociais, econômicas e culturais se debater sobre o direito feminino de acessar os espaços públicos de forma segura a partir da perspectiva de gênero na (re)produção do espaço urbano é essencial no âmbito acadêmico. Sendo assim, cabe a mulheres, promoverem um urbanismo que se preocupe no recorte de gênero, de classe e raça de mulheres no espaço público.

Uma cidade que atenda um planejamento voltado para os direitos femininos, sob um urbanismo anticapitalista e contra o neo-liberalismo implantado atualmente, baseando-se no estudo de que ao atender os direitos (historicamente ignorada

pelas políticas públicas que visam somente o lucro), serão atendidos também, outras parcelas segregadas de populações marginalizadas socialmente.

As análises dos espaços urbanos sob o viés marxista e feminista tiveram importância essencial nessa pesquisa visto a grande interferência que o capital tem nos planejamentos urbanos. Por isso, os debates levantados sobre a relação da opressão de gênero fruto do capitalismo e do papel do urbanismo em meio ao mesmo capitalismo visa trazer grandes questões quando nos referimos a essas mulheres nesses espaços.

É buscando entender a origem da opressão feminina, a origem das violências sofridas pelas mulheres em contextos urbanos e domésticos, e sendo relacionadas a atual política econômica capitalista que é a causa das injustiças, segregações e gentrificação urbana e social que mulheres arquitetas e urbanistas poderão atuar de forma específica na luta urbana contra o patriarcado. Sendo assim, esse presente material busca ser uma contribuição à profissionais de diversas áreas a se pensar na opressão feminina dentro dos espaços domésticos e públicos, na busca e na luta pelo direito das mulheres na sociedade.

Referências Bibliográficas

ABOIM, Sofia. *Do público e do privado: Uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna*. Estudos Feministas, Florianópolis. Jan 2012.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia*. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ. Editora José Olympio Edunb, 1993.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Editora Nova Fronteira. 1949.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa*. São Paulo, SP. 1 ed. Editora Elefante, 2018.

FELIX, Sueli Andruccioli. *Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias*. São Paulo: Unesp – Marília Publicações, 2002. p. 14

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Prefácio e Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo, Editora HUCITEC, 2013.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola. 1992.

IZUMNO, Wânia Pasinato; SANTOS, Cecília MacDowell. *Violência Contra a Mulher e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil*. Universidade de São Francisco, Califórnia. 2014.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. 1 ed. Estados Unidos. Editora WMF Martins Fontes, 2011

MINAYO, Maria Cecília de S. *Violência social sob a perspectiva da saúde pública*. Cadernos de Saúde Pública. 1994, nº 10, pp. 7-18. Suplemento 1.

PAESE, Celma. *O acolhimento na arquitetura da cidade*. Vitruvius, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.

ROLNIK, Raquel. *As mulheres também têm direito à cidade?* Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/03/14/as-mulheres-tambem-tem-direito-a-cidade/>.

ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 203).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O Poder do Macho*, 1987.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvido*. 1 ed. Petrópolis, SP. Editora Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Ed. 01. Petrópolis, SP. Editora Vozes. 2000

SOIHET, Rachel. *Formas de violência, relações de gênero e feminismo*. Revista Gênero, v. 02, n. 2, 2002.